

Santa Fé Energética S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Santa Fé Energética S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Fé Energética S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Fé Energética S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a "organização Deloitte"), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 8 de fevereiro de 2023


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" MG


Alexandre Borges de Oliveira
Contador
CRC nº MG 119313/O-3

SANTA FÉ ENERGÉTICA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	8 (a)	15.467	1	Fornecedores		509	348
Aplicações financeiras	8 (b)	142	2.568	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		263	235
Contas a receber de clientes	9	21.772	13.975	Impostos, contribuições e taxas a recolher	14	28.352	471
Impostos a recuperar		-	710	Provisão para férias e 13º salário		300	264
Despesas antecipadas		545	439	Receita diferida	17	-	503
Outros ativos circulantes		367	9	Provisões para compromissos futuros	15	1.238	1.887
Total dos ativos circulantes		38.293	17.702	Dividendos a pagar	13 e 18 (c)	18.583	25.551
				Prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	1.2	7.571	4.344
				Outros passivos		2	-
				Total dos passivos circulantes		56.818	33.603
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Impostos e contribuições diferidos		-	34	Provisões para compromissos futuros	15	14.298	13.177
Depósitos judiciais	10	7.804	4.008	Provisões para riscos	16	1.005	607
Imobilizado	11	137.293	139.076	Total dos passivos não circulantes		15.303	13.784
Intangível	12	1.196	1.373				
Total dos ativos não circulantes		146.293	144.491				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	18	59.134	59.134
				Reservas de lucros		53.331	55.672
				Total do patrimônio líquido		112.465	114.806
TOTAL DOS ATIVOS		184.586	162.193	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		184.586	162.193

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SANTA FÉ ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação e a quantidade de ações)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	19	91.589	80.155
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA			
Taxas setoriais		(102)	(99)
Tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)		(669)	(441)
Custos com pessoal		(1.614)	(1.410)
Custos com operação		(346)	(353)
Custos com manutenção		(1.918)	(2.355)
Outros custos		(69)	(252)
Custos com meio ambiente		(98)	(218)
Custos com seguros		(1.009)	(1.198)
Prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	1.2	(3.227)	(2.916)
Custos com depreciação e amortização	11,12 e 22	(4.563)	(4.288)
	22	(13.615)	(13.530)
LUCRO BRUTO		77.974	66.625
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com pessoal e administradores		(2.131)	(1.892)
Despesas administrativas e gerais		(1.295)	(838)
Outras despesas operacionais		(3.673)	(1.983)
Resultado na baixa de ativos		-	(947)
Receita com indenizações recebidas	1.3	17.500	-
	22	10.401	(5.660)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		88.375	60.965
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras	20	(282)	(161)
Receitas financeiras	20	448	296
		166	135
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		88.541	61.100
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	21	(29.640)	(2.658)
Diferido	21	(27)	19
		(29.667)	(2.639)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		58.874	58.461
Lucro básico e diluído por ação - R\$		1,26	1,25
Quantidade média ponderada de ações		46.817.622	46.817.622

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SANTA FÉ ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	58.874	58.461
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u>58.874</u>	<u>58.461</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SANTA FÉ ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto os dividendos por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Dividendos adicionais propostos		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		59.134	11.826	34.434	-	105.394
Dividendos adicionais distribuídos referentes a 2020 (R\$ 0,74 por ação)	18 (c)	-	-	(34.434)	-	(34.434)
Lucro líquido do período		-	-	-	58.461	58.461
Destinações:	18 (c)					-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,31 por ação)		-	-	-	(14.615)	(14.615)
Dividendos adicionais propostos (R\$ 0,94 por ação)		-	-	43.846	(43.846)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		<u>59.134</u>	<u>11.826</u>	<u>43.846</u>	<u>-</u>	<u>114.806</u>
Dividendos adicionais distribuídos referentes a 2021 (R\$ 0,94 por ação)	18 (c)	-	-	(43.846)	-	(43.846)
Lucro líquido do período		-	-	-	58.874	58.874
Destinações:	18 (c)					
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,37 por ação)		-	-	-	(17.369)	(17.369)
Dividendos adicionais propostos (R\$ 0,89 por ação)		-	-	41.505	(41.505)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		<u>59.134</u>	<u>11.826</u>	<u>41.505</u>	<u>-</u>	<u>112.465</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SANTA FÉ ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		88.541	61.100
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Resultado na baixa do imobilizado e intangível	11	21	947
Atualização financeira sobre depósitos judiciais	20	(55)	(92)
Atualização financeira sobre aplicações financeiras		(310)	(76)
Atualização financeira sobre compromissos futuros	15 e 20	90	121
Depreciação e amortização	11, 12 e 22	4.563	4.288
Amortização prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	1.2	3.227	2.916
Constituição do ajuste MRE		(715)	454
Apropriação do ajuste do MRE	1.1	(144)	152
PIS e COFINS diferidos sobre ajuste MRE		40	(22)
Provisão para riscos	16	376	(19)
Atualização sobre provisões de riscos	16	22	-
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes		(7.797)	(5.851)
Impostos a recuperar		710	(231)
Despesas antecipadas		(106)	(82)
Outros ativos		(3)	(1)
Fornecedores		69	(256)
Depósito judicial		(3.766)	0
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		28	(1)
Impostos e contribuições a recolher		(17.021)	(1.662)
Provisão de férias e 13º salário		36	21
Pagamento compromissos futuros	15	(608)	(430)
Caixa gerado nas operações		67.198	61.276
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		(1.626)	(799)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		65.572	60.477
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Depósito judicial		-	(320)
Resgates (aplicações) em aplicações financeiras		2.426	2.627
Receita com indenizações recebidas	1.3	17.500	-
Aquisição de imobilizado e intangível	11, 12 e 25	(1.849)	(25.472)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		18.077	(23.165)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Dividendos pagos	18 (c)	(68.183)	(44.289)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(68.183)	(44.289)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		15.466	(6.977)
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	8 (a)	1	6.978
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	8 (a)	15.467	1
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		15.466	(6.977)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SANTA FÉ ENERGÉTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Santa Fé Energética S.A. (“Companhia” ou “Santa Fé”) é uma subsidiária direta da PCHPAR - PCH Participações S.A. e indireta da Brasil PCH S.A. e foi constituída em 10 de agosto de 2004 como sociedade por ações de capital fechado, com sede na Avenida Prudente de Moraes, 1.250, 10º e 11º andares, Coração de Jesus, Belo Horizonte - MG.

A Companhia tem como objeto social o propósito específico (Sociedade de Propósito Específico - SPE) de implantar e explorar o potencial hidráulico de Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e comercializar energia elétrica nela gerada. A Santa Fé poderá, ainda, exercer todas as ações que possam, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, ser vinculadas ao seu propósito específico.

A Companhia possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica, concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através das Resoluções nº 608/2002 e nº 121/2005, para funcionar como PCH pelo prazo de 30 anos e está localizada no Rio Paraibuna, entre os Municípios de Levy Gasparian, no Rio de Janeiro, e Santana do Deserto, em Minas Gerais, com capacidade instalada de 30 MW e uma linha de transmissão em 138 kV com 11km de extensão.

A energia gerada está integralmente contratada no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), que determina que a Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobras) seja o agente representante das PCHs na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), obrigando a celebração de contratos de compra e venda de energia, pelo prazo de 20 anos a contar do mês de julho de 2008.

Em 9 de maio de 2008, através do Despacho ANEEL nº 1.806, a Companhia obteve autorização para iniciar a comercialização da energia gerada nas unidades 1 e 2, ambas com potência instalada de 15 MW, atingindo, assim, sua capacidade total em operação de 30 MW e garantia física de 26,10 MW médios. O término de sua autorização se dará em 9 de maio de 2038, conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.023/2022.

As informações sobre capacidade instalada e em operação, garantia física e quilômetros de extensão, não foram examinadas pelos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2022, os números mostram no balanço patrimonial capital circulante líquido negativo, no montante de R\$18.510 (R\$15.901 em 2021). A Administração entende que não existe risco de continuidade operacional, visto que o fluxo de suas receitas é estável e conhecido a partir da comercialização da energia no âmbito do PROINFA, sendo suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia.

1.1. Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”)

A Companhia fez opção por participar do MRE, tendo, portanto, compartilhado o risco hidrológico com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, por força de serem todas inscritas e contratadas no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE e repassadas à Eletrobras, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das PCHs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais.

Para o ano de 2022, a Eletrobras emitiu comunicado informando os descontos referentes aos ajustes do Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE") no montante de R\$144 (R\$152 em 2021). Os valores foram descontados dos faturamentos da Companhia em parcelas mensais (1/12 avos mensais) de janeiro a dezembro de 2022.

1.2. Repactuação do Risco Hidrológico ("RRH")

A Companhia aderiu à RRH nos termos da Lei nº 13.203/2015 e Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao Consumidor. Nesta opção, o gerador do MRE transfere integralmente o risco hidrológico dos contratos regulados de venda de energia mediante pagamento de prêmio de risco de R\$9,50/MWh (data-base janeiro/2015 anualmente atualizado pelo IPCA) até o final desses contratos.

A partir de julho de 2020, a Eletrobras informou à Companhia que o prêmio seria efetivado mediante desconto no primeiro pagamento do faturamento mensal das usinas da Companhia, no próprio mês de sua realização, não sendo, portanto, aplicado o desconto do faturamento conforme inicialmente informado aos agentes do PROINFA.

Em 24 de agosto de 2020, a Companhia apresentou notificações de controvérsia à Eletrobras, manifestando a discordância com o procedimento adotado pela empresa no que se refere ao desconto do valor do Prêmio de Risco Hidrológico ("PRH") no pagamento da primeira parcela da fatura do mês correspondente (julho/20).

Em 21 de setembro de 2020, a Eletrobras se pronunciou sobre as notificações de controvérsias, informando que encaminhou o assunto para a análise da sua área jurídica e tributária, e está avaliando a necessidade de realização de Consulta à ANEEL para que ela se pronuncie.

Em 11 de março de 2021, a Companhia apresentou manifestação acerca do pronunciamento da Eletrobras ratificando o teor as notificações de controvérsia e reiterando a solicitação quanto ao procedimento de desconto do valor do PRH.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui uma provisão de R\$7.571 (R\$4.344 em 2021) constituída no passivo circulante na rubrica "prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)" em contrapartida ao resultado na rubrica "prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)". O efeito no resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 montou em R\$3.227 (R\$2.916 em 2021). Adicionalmente, a Companhia possui contas a receber conforme divulgado na nota explicativa nº 9.

1.3. Túnel de Adução da Santa Fé Energética S.A. ("Santa Fé")

Em agosto de 2020, com uso de Veículo Submersível Remotamente Operado ("ROV"), a Companhia realizou inspeção no Túnel de Adução do empreendimento, quando foi possível identificar, um trecho com colapso parcial daquela estrutura, com danos na parede lateral e abóbada.

As intervenções necessárias à recomposição das condições de segurança operacional do Túnel de Adução foram iniciadas no mês de maio e finalizadas dia 13 de julho de 2021. A unidade geradora 01 voltou a operar dia 08 de julho de 2021 e a unidade geradora 02 no dia 15 de julho de 2021.

A Santa Fé reconheceu, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, resultado pela baixa de ativos no montante de R\$940, o qual reflete a baixa contábil do valor residual referente aos ativos que compõe a parcela danificada do seu túnel de adução. Adicionalmente, a Santa Fé dispendeu gastos com recuperação na estrutura do túnel de adução. Esses valores foram reconhecidos como ativo imobilizado, na rubrica de “Reservatório, barragem, adutora”.

Por conta do ocorrido, a Administração da Companhia iniciou o processo de regulação junto à seguradora acerca do montante a ser indenizado referente ao sinistro envolvendo o Túnel de Adução da Santa Fé. A seguradora efetuou o pagamento de R\$5.000 em 3 de fevereiro, R\$6.500 em 7 de julho e R\$6.000 em 5 de dezembro de 2022, totalizando o montante de R\$17.500, a título de adiantamento dos itens sinistrados. Este valor foi reconhecido no resultado na rubrica de “Receita com indenizações recebidas.

Importante mencionar que a Administração da Companhia ainda está aguardando a análise definitiva da Seguradora sobre os montantes finais envolvidos neste tema.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pelas normas da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Bases de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando esperado que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Continuidade operacional

A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, ela continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

b) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, em uma das seguintes categorias a seguir, de acordo com sua natureza e finalidade: (i) a valor justo por meio do resultado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) custo amortizado. A Companhia considerou dois fatores para definir a classificação dos ativos financeiros: o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

São classificados no reconhecimento inicial ao: (i) custo amortizado; ou (ii) mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros classificados como mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos das transações, quando aplicável. Na data do balanço, estão apresentados pelos seus reconhecimentos iniciais, deduzidos das amortizações das parcelas de principal, quando aplicável, e acrescidos dos correspondentes encargos incorridos. A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações são liquidadas, extintas e canceladas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a soma da contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Os passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e designados como tais no reconhecimento inicial. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Compensação de ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros somente são compensados quando a Companhia possui o direito contratual e a intenção de liquidar os instrumentos financeiros em base líquida ou simultaneamente.

c) Imobilizado

Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros líquidos), deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“impairment”) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

d) Depreciação

A depreciação, exceto de móveis e utensílios e computadores e periféricos, é calculada a partir do início das operações, pelo método linear, às taxas determinadas pela Portaria DNAEE nº 815, de 15 de novembro de 1994, alteradas pelas Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009, 474, de 7 de fevereiro de 2012 e 731 de 23 de agosto de 2016 que, no entendimento da Administração, se aproximam das vidas úteis destes ativos.

Para os móveis e utensílios e computadores e periféricos, a taxa de depreciação linear é definida com base na avaliação da vida útil de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros.

A autorização para exploração do potencial hidrelétrico, no regime de produtora independente de energia elétrica vigorará pelo prazo de trinta anos (vide nota explicativa nº 1), podendo ser prorrogada por igual período, conforme Lei 12.783/2013 e Decreto 9.158/2017. Ao final do prazo da respectiva autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

A Companhia mediante seus órgãos técnicos reexaminou a metodologia de cálculo das taxas de depreciação, com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCPSE, com respaldo nas autorizações concedidas, bem como no previsto na lei 13.360/2016, no Decreto 9158/2017, Nota Técnica ANEEL 062/2018 e na Resolução Normativa ANEEL nº 859/2019, resta claro que está facultado às empresas, a prorrogação do prazo de suas outorgas por período adicional de 30 (trinta) anos, uma única vez, mediante o pagamento pelo Uso do Bem Público e recolhimento da Compensação Financeira Pelo Uso dos Recursos Hídricos.

Em 08 de setembro de 2020 foi publicada a Lei 14.052/20, que alterou a Lei 13.203/2015, dentre outras, para permitir a compensação aos geradores afetados por efeitos relacionados ao GSF, retroativamente a 2012, por meio da extensão do prazo de suas outorgas, limitada a 7 anos.

A legislação foi regulamentada pela ANEEL por meio das Resoluções Normativas 895/2020 e 930/2021.

Em 11 de junho de 2021 foi publicada a Lei 14.120/21, a qual dispõe que os titulares de outorga para geração de energia, com prazo de 30 anos, terão seus prazos de autorização contados a partir da declaração de operação comercial da primeira unidade geradora. O ajuste dos respectivos termos de outorga será realizado após apreciação pela Aneel do atendimento aos critérios estabelecidos na referida lei.

Em 13 de julho de 2021 foi publicada a Lei 14.182, a qual consolidou o direito a extensão também àqueles agentes que repactuaram nos termos da Resolução Normativa 684/2015 onde se enquadra as usinas da Companhia. A extensão para as usinas da Companhia foi homologada pela ANEEL por meio da Resolução Homologatória 2.932, publicada em 17 de setembro de 2021, sendo que no momento, encontra-se em discussão pedido reconsideração ao processo de cálculo e homologação das extensões realizado pela ANEEL / CCEE.

Portanto, no caso da Companhia, não há, agora, qualquer indício que recomende a modificação das suas práticas contábeis utilizadas para depreciação dos ativos, tendo em vista que estes possuem vida útil superior aos prazos das outorgas, que, por sua vez, serão renovadas a partir do ano de 2028, mediante procedimentos e critérios já definidos na legislação, já devidamente regulamentados.

O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos das Empresas à Resolução Normativa ANEEL Nº 674/2015, que aprovou o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE.

Vida útil

Edificações, obras civis e benfeitorias	30 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	6 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	50 anos

e) Intangível

Estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que possuem vida útil econômica definida, conforme demonstrados na nota explicativa nº 12, são amortizados levando-se em consideração sua vida útil, que reflete o benefício econômico dos referidos ativos intangíveis.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso ou alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

f) Valor recuperável de ativos

Anualmente, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

g) Provisões para compromissos futuros e outras

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável (vide nota explicativa nº 15).

h) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

i) Receita operacional

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

A receita é reconhecida quando a energia é gerada e os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. A titularidade legal é transferida, conforme determinações legais do contrato de suprimento de energia elétrica, ou seja, todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador, o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade e é provável que benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia.

Para as contraprestações variáveis, uma receita somente é reconhecida na medida em que for considerado altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas não deva ocorrer.

j) Receita diferida

Os Contratos de Compra e Venda de Energia, celebrados entre a Companhia e a Eletrobras, estabelecem que seja apurada em cada ano (período de janeiro a dezembro) o resultado da comercialização no âmbito da CCEE. A parcela de ajuste financeiro resultante dessa apuração será compensada nas faturas mensais do ano subsequente, em 12 parcelas. Os valores envolvidos são reconhecidos como receita diferida e apropriados ao resultado com base no regime de competência.

k) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, despesas bancárias e outras despesas.

l) Imposto de renda e contribuição social

O regime fiscal adotado pela Companhia a partir de 01 de janeiro de 2022 foi do lucro real. O imposto de renda e a contribuição social correntes da Companhia são registrados pelo regime de competência e calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Para o ano de 2021, a Companhia ainda apurava o imposto de renda e a contribuição social correntes pelo lucro presumido. Sobre o resultado presumido foram aplicadas as alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes na data do encerramento de cada exercício (25% para imposto de renda e 9% para contribuição social).

m) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para o acionista da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas suas demonstrações no fim do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

n) Lucro por ação

O lucro básico por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos exercícios apresentados. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o lucro básico por ação, motivo pelo qual o lucro básico por ação é igual ao lucro por ação diluído.

o) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa os investimentos em aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido e sujeito a risco insignificante de mudança de valor justo.

p) Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022

As normas brasileiras de relatório financeiro novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022, foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção dessas novas e revisadas normas, aplicáveis a Companhia, não teve qualquer impacto nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição
Alterações a IFRS 3/CPC 15 (R1) Referências à Estrutura Conceitual	As alterações atualizam a IFRS 3 (CPC 15 (R1)) de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Elas também incluem na IFRS 3 a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37 (CPC 25) Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, o comprador adota a IAS 37 (CPC 25) para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo da IFRIC 21 (ICPC 21) – Tributos, o comprador adota a IFRIC 21 (ICPC 21) para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. Não foram identificados impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.
Alterações à IAS 16/ CPC 27 Imobilizado — Recursos Antes do Uso Pretendido	As alterações à IAS 16 (CPC 27) Imobilizado proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado. A entidade mensura o custo desses itens de acordo com a IAS 2 – Estoques (CPC 16). As alterações esclarecem ainda o significado de 'testar se um ativo está funcionando adequadamente'. Atualmente, a IAS 16 (CPC 27) determina isso como avaliar se o desempenho técnico e físico do ativo é tal que o mesmo possa ser usado na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguel para terceiros, ou para fins administrativos. Se não apresentados separadamente na demonstração do resultado abrangente, as demonstrações financeiras devem divulgar os valores dos recursos e custos incluídos no resultado correspondentes aos itens produzidos que não sejam um produto das atividades ordinárias da entidade, e cuja(s) rubrica(s) na demonstração do resultado abrangente incluam(m) esses recursos e custos. Não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Pronunciamento	Descrição
Alterações à IAS 37/CPC 25 Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato	As alterações especificam que o ‘custo de cumprimento’ do contrato compreende os ‘custos diretamente relacionados ao contrato’. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato). Não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018-2020	As Melhorias Anuais incluem alterações em quatro normas. <u>IFRS 1/CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade</u> - A alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão. Em virtude da alteração, a controlada que usa a isenção contida na IFRS 1:D16(a) pode agora optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações no exterior ao valor contábil que seria incluído nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para as Normas do IFRS, se nenhum ajuste for feito com relação aos procedimentos de consolidação e efeitos da combinação de negócios na qual a controladora adquiriu a controlada. Uma opção similar está disponível para uma coligada ou joint venture que utiliza a isenção contida na IFRS 1.D16(a). <u>IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros</u>: A alteração esclarece que ao aplicar o teste de ‘10%’ para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte. <u>IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamentos</u>: A alteração exclui o conceito de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros. <u>IAS 41/CPC 29 – Agricultura</u> - A alteração exclui a exigência da IAS 41 para que as entidades excluam os fluxos de caixa de tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos. Isso alinha a mensuração do valor justo da IAS 41 às exigências da IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo para que os fluxos de caixa e taxas de desconto sejam internamente consistentes e permite que os preparadores determinem se devem usar fluxos de caixa antes ou depois dos impostos e taxas de desconto para a mensuração do valor justo mais adequada. Não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as novas normas e revisadas a seguir, as quais já estão emitidas e ainda não vigentes:

Pronunciamento	Descrição
IFRS 17/CPC 50 (inclui as alterações de junho de 2020 e dezembro de 2021)	Contratos de Seguros
Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) -Demonstrações Consolidadas e IAS 28/CPC 18 (R2) (alterações)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture
Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1)	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes
Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1) e IFRS Declaração da Prática 2	Divulgação de Políticas Contábeis
Alterações à IAS 8/CPC 23	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação

A Administração da Companhia não espera impactos significativos decorrentes da aplicação dessas novas normas.

4. GERENCIAMENTO DE RISCO

A Companhia avaliou e considerou relevante a exposição aos seguintes riscos:

- Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. As contas a receber de clientes são formadas por um único cliente - Eletrobras via contrato de compra de energia, firmado no âmbito do PROINFA pelo prazo de 20 anos, não havendo histórico de perda financeira por motivo de inadimplência. Assim, não há exposição significativa da Companhia a riscos de crédito ou perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 9.

- Risco de mercado

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia avalia que os riscos de seus recursos aplicados financeiramente são baixos, por serem realizadas em bancos de reconhecida liquidez e remuneradas a taxas de mercado que variam entre 79% e 105,66% do CDI, conforme apresentado na nota explicativa nº 8. A Companhia administra e mensura esses riscos através do planejamento de fluxo de caixa realizado.

A Companhia não possui operações contratadas em moeda estrangeira. Desta forma, não está sujeita a riscos decorrentes de oscilações de taxas de câmbio.

Uma análise de sensibilidade dos ativos e passivos que representam riscos relevantes para a Companhia está apresentada na nota explicativa nº 23.

- Risco operacional

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção da sua usina de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e de manutenção corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações, bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens.

Para prevenir impactos de eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de risco operacional, conforme nota explicativa nº 24.

- Risco de liquidez

A Companhia utiliza o controle do custeio para auxiliar no monitoramento de exigências do fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Todo decêndio é estimado o desembolso em comparação com a sua entrada de caixa.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Companhia possui capital circulante líquido negativo, no entanto, a Companhia entende que não existe risco de continuidade operacional, visto que a Companhia possui, no âmbito do PROINFA, fluxo de caixa estável, previsível e em montante suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia.

Tabela do risco de liquidez

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os passivos financeiros não derivativos da Companhia apresentam prazo de amortização de 1 a 3 meses e os valores esperados de liquidação se aproximam aos valores contábeis.

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício.

	De 1 a 3 meses	Total
Fornecedores	509	509
Total	509	509

- Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para preservar a confiança do investidor, credor e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da empresa através do acompanhamento mensal da realização orçamentária aprovada pelo Conselho de Administração.

A Administração entende que a exposição da Companhia a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Diretoria.

- Risco hidrológico

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), cada usina hidrelétrica, incluindo a da Companhia, está sujeita aos efeitos das variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País, enquanto participantes do MRE.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia contratada, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-o entre todas as usinas vinculadas ao MRE.

Neste contexto, e conforme mencionado na nota explicativa nº 1.2, a Companhia realizou a opção pela repactuação do risco hidrológico tendo como contrapartida o pagamento de prêmio. Dessa forma mitigou sobremaneira suas eventuais exposições contratuais.

5. RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA

PCH	Resolução ANEEL	Data da resolução	Entrada da operação comercial	Prazo da autorização (*)	Capacidade de produção instalada (MW)
Santa Fé	608	06/11/2002	09/05/2008	30 anos	30

(*) O término da autorização se dará em 9 de maio de 2038, conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.023/2022, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

6. COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

Data - base	Comprador a	Valores				Prazos		Índice de correção	Mês de reajuste
		Valor original do contrato (em milhões de reais)	Energia anual contratada MWh	Preço histórico R\$MWh	Preço atualizado R\$MWh (*)	Inicial	Final		
31/12/22	Eletrobras	R\$546.810	225.303	121,35	463,23	Jul.-08	Jun.-28	IGP-M	Junho
31/12/21	Eletrobras	R\$546.810	225.303	121,35	418,37	Jul.-08	Jun.-28	IGP-M	Junho

Data- base	Compradora	Valores				Prazos		Índice de correção	Mês de reajuste
		Valor original do contrato (em milhões de reais)	Energia anual contratada MWh	Preço histórico R\$MWh	Preço atualizado R\$MWh (*)	Inicial	Final		
31/12/2022	Eletrobras	R\$546.810	225.303	121,35	463,23	Jul.-08	Jun.-28	IGP-M	Junho
31/12/2021	ELETROBRAS	R\$546.810	225.303	121,35	418,37	39630	46905	IGP-M	Junho

(*) Base junho/2022 e 2021.

7. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS APRESENTADAS

Na aplicação das políticas contábeis a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- (i) Redução ao valor recuperável dos ativos: a Administração julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado e ativo intangível.
- (ii) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado: a Companhia determina a vida útil e o valor residual com base no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (“MCPSE”) conforme resolução normativa 674/2015 da ANEEL, sendo que as taxas de depreciação e amortização atualmente utilizadas são consideradas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação, ao final do prazo de autorização de 30 anos, e conforme descrito na nota explicativa nº 3 (c) serão renovadas por igual período (30 anos), mediante procedimentos e critérios definidos na legislação, e já devidamente regulamentados.
- (iii) Provisões para compromissos futuros: as provisões para compromissos futuros são reconhecidas, principalmente, com base em custos estimados de desapropriação e reflorestamento de áreas próximas às instalações das usinas geradoras de energia elétrica. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como decisões de tribunais, e exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos.
- (iv) Mecanismo de realocação de energia (“MRE”): reconhecida em contrapartida aos ajustes de realocação de energia, cujo impacto financeiro ocorre no ano seguinte em 12 parcelas, conforme mencionado nas notas explicativas nº 1.1 acima. A provisão é revisada e ajustada anualmente para levar em conta alterações nos dados disponibilizados pela CCEE para Eletrobras.
- (v) Provisão para riscos: a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

8. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Bancos	1	1
Aplicação em Certificados de Depósitos Bancários	15.466	-
	<u>15.467</u>	<u>1</u>

As Aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificado de Depósito Bancário – CDB, junto ao Banco Itaú Unibanco e possuem risco insignificante de mudança de valor justo. São remuneradas por taxas de mercado de 99% a 101,5% (em 2021, 99%) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

b) Aplicações financeiras

	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Fundos de investimentos em renda fixa (i)	142	2.568
	<u>142</u>	<u>2.568</u>

- (i) Referem-se a aplicações financeiras em fundos abertos de renda fixa, junto ao Banco do Brasil e são remuneradas a taxas de mercado que variam de 79% a 105,66% (em 2021, 87,49% a 103,69%) do CDI. Referidas aplicações financeiras não são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e por isso não atendem todos os requisitos para classificação como equivalentes de caixa.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Refere-se ao valor da venda da energia gerada pela Companhia, no montante de R\$21.772 em 31 de dezembro de 2022 (R\$13.975 em 2021). A Companhia registra o valor a receber referente à energia contratada pela Eletrobras no ambiente PROINFA.

De acordo com o contrato celebrado com a Eletrobras os pagamentos são realizados em 3 parcelas iguais e consecutivas nos dias 20 e 30 do mês subsequente ao faturamento e no dia 10 do segundo mês subsequente ao faturamento.

A partir de julho de 2020, com o início do pagamento do prêmio de risco hidrológico, a Eletrobras passou a descontar do pagamento da primeira parcela da fatura do mês correspondente, e não como ajuste financeiro no faturamento conforme previsto no contrato PROINFA no âmbito do MRE, permanecendo, em 31 de dezembro de 2022, na rubrica contas a receber o valor R\$7.298 (R\$3.606 em 2021), até que a controvérsia seja dirimida com a Eletrobras (vide nota explicativa nº 1.2).

A Companhia não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base tanto nas características do PROINFA quanto em sua experiência histórica de realização de 100% das contas a receber passadas, valendo destacar a neutralidade garantida à Eletrobras como administradora do programa.

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/22	31/12/21
Tributários (a)	3.590	-
Desapropriações e servidões (b)	4.200	3.992
Trabalhistas	-	2
Cíveis	14	14
	<u>7.804</u>	<u>4.008</u>

- a) Refere-se a processo envolvendo IRPJ e CSLL sobre indenização de bens do sinistro da Companhia.
- b) A Companhia é autora de processos judiciais, nos quais reivindica a posse definitiva de terrenos por desapropriação ou direito permanente de uso por servidão. Estes terrenos estão sendo utilizados nas instalações da PCH e das linhas de transmissão de interesse restrito.

Quando a posse definitiva ou o direito de uso desses terrenos for legalmente transferida para a Companhia, o valor dos respectivos depósitos, quando levantados, será atribuído aos terrenos adquiridos que serão contabilizados como ativo imobilizado.

11. IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado

	Taxa de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	31/12/22	31/12/21
Terrenos	-	12.024	-	12.024	11.899
Turbina hidráulica	2,50%	18.623	(6.449)	12.174	12.502
Conduto forçado	3,13%	286	(78)	208	217
Gerador	3,33%	16.991	(6.280)	10.711	10.848
Comporta	3,33%	1.759	(603)	1.156	1.042
Subestação unitária	3,57%	3.981	(2.076)	1.905	2.047
Estrutura de tensão	3,57%	2.988	(1.447)	1.541	1.648
Casa de força produção hidráulica	2,00%	19.520	(5.550)	13.970	14.198
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	95.593	(20.571)	75.022	76.418
Outras máquinas e equipamentos	3,65%	14.792	(6.427)	8.365	7.996
Imobilizado em curso	-	217	-	217	261
		<u>186.774</u>	<u>(49.481)</u>	<u>137.293</u>	<u>139.076</u>

b) Movimentação do imobilizado

2022

	31/12/21	Adições	Baixas	Transferências	31/12/22
<u>Custo</u>					
Terrenos	11.899	125	-	-	12.024
Turbina hidráulica	18.488	29	-	106	18.623
Conduto forçado	286	-	-	-	286
Gerador	16.575	416	-	-	16.991
Comporta	1.594	165	-	-	1.759
Subestação unitária	3.981	-	-	-	3.981
Estrutura de tensão	2.988	-	-	-	2.988
Casa de força produção hidráulica	19.360	112	-	48	19.520
Reservatório, barragem, adutora	95.145	469	(21)	-	95.593
Outras máquinas e equipamentos	13.876	874	-	42	14.792
Imobilizado em curso	261	152	-	(196)	217
	<u>184.453</u>	<u>2.342</u>	<u>(21)</u>	<u>-</u>	<u>186.774</u>

	<u>31/12/21</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/12/22</u>
<u>(-) Depreciação</u>					
Turbina hidráulica	(5.986)	(463)	-	-	(6.449)
Conduto forçado	(69)	(9)	-	-	(78)
Gerador	(5.727)	(553)	-	-	(6.280)
Comporta	(552)	(51)	-	-	(603)
Subestação unitária	(1.934)	(142)	-	-	(2.076)
Estrutura de tensão	(1.340)	(107)	-	-	(1.447)
Casa de força produção hidráulica	(5.162)	(388)	-	-	(5.550)
Reservatório, barragem, adutora	(18.727)	(1.844)	-	-	(20.571)
Outras máquinas e equipamentos	(5.880)	(547)	-	-	(6.427)
	<u>(45.377)</u>	<u>(4.104)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(49.481)</u>
 Imobilizado Líquido	 <u>139.076</u>	 <u>(1.762)</u>	 <u>(21)</u>	 <u>-</u>	 <u>137.293</u>

2021

	<u>31/12/20</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/12/21</u>
<u>Custo</u>					
Terrenos	11.740	199	(40)	-	11.899
Turbina hidráulica	18.488	-	-	-	18.488
Conduto forçado	286	-	-	-	286
Gerador	15.560	1.015	-	-	16.575
Comporta	1.582	12	-	-	1.594
Subestação unitária	3.981	-	-	-	3.981
Estrutura de tensão	2.988	-	-	-	2.988
Casa de força produção hidráulica	19.354	6	-	-	19.360
Reservatório, barragem, adutora	73.357	7.554	(1.952)	16.186	95.145
Adiantamento a fornecedores	1.230	-	-	(1.230)	-
Outras máquinas e equipamentos	11.168	1.329	(19)	1.398	13.876
Imobilizado em curso	1.280	15.335	-	(16.354)	261
	<u>161.014</u>	<u>25.450</u>	<u>(2.011)</u>	<u>-</u>	<u>184.453</u>
 <u>(-) Depreciação</u>					
Turbina hidráulica	(5.523)	(463)	-	-	(5.986)
Conduto forçado	(60)	(9)	-	-	(69)
Gerador	(5.198)	(529)	-	-	(5.727)
Comporta	(505)	(47)	-	-	(552)
Subestação unitária	(1.792)	(142)	-	-	(1.934)
Estrutura de tensão	(1.234)	(106)	-	-	(1.340)
Casa de força produção hidráulica	(4.775)	(387)	-	-	(5.162)
Reservatório, barragem, adutora	(17.459)	(1.562)	294	-	(18.727)
Outras máquinas e equipamentos	(5.354)	(534)	8	-	(5.880)
	<u>(41.900)</u>	<u>(3.779)</u>	<u>302</u>	<u>-</u>	<u>(45.377)</u>
 Imobilizado Líquido	 <u>119.114</u>	 <u>21.671</u>	 <u>(1.709)</u>	 <u>-</u>	 <u>139.076</u>

c) Valor recuperável dos ativos

Anualmente, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. A Administração julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado e ativo intangível.

12. INTANGÍVEL

a) Composição do intangível

	Taxa de Amortização	31/12/22	31/12/21
Servidões	-	65	65
Software	20%	1.778	1.611
Medidas compensatórias	20%	2.598	2.140
Indenização de terras	-	132	132
Legalização de terras	-	37	37
Amortização acumulada		(3.414)	(2.612)
		<u>1.196</u>	<u>1.373</u>

b) Movimentação do intangível

2022

	31/12/21	Adições	31/12/22
<u>Custo</u>			
Servidões	65	-	65
Software	1.611	167	1.778
Medidas compensatórias	2.140	458	2.598
Indenização de terras	132	-	132
Legalização de terras	37	-	37
	<u>3.985</u>	<u>625</u>	<u>4.610</u>
 <u>(-) Amortização</u>			
Software	(724)	(276)	(1.000)
Medidas compensatórias	(1.888)	(526)	(2.414)
	<u>(2.612)</u>	<u>(802)</u>	<u>(3.414)</u>
 Intangível Líquido	<u>1.373</u>	<u>(177)</u>	<u>1.196</u>

2021

	31/12/20	Adições	31/12/21
<u>Custo</u>			
Servidões	65	-	65
Software	1.316	295	1.611
Medidas compensatórias	1.888	252	2.140
Indenização de terras	132	-	132
Legalização de terras	25	12	37
	<u>3.426</u>	<u>559</u>	<u>3.985</u>

	<u>31/12/20</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/21</u>
<u>(-) Amortização</u>			
Software	(461)	(263)	(724)
Medidas compensatórias	<u>(1.642)</u>	<u>(246)</u>	<u>(1.888)</u>
	(2.103)	(509)	(2.612)
 Intangível Líquido	 <u>1.323</u>	 <u>50</u>	 <u>1.373</u>

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou os principais saldos e transações com partes relacionadas, e seus efeitos são assim demonstrados:

	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
<u>Passivo circulante - fornecedores</u>	267	-
Brasil PCH S.A. (i)		
 <u>Passivo circulante - dividendos a pagar</u>		
PCHPAR Participações S.A.	18.583	25.551

(i) Refere-se ao rateio do prêmio de seguro de risco operacional.

As condições das transações com partes relacionadas acima foram praticadas em condições acordadas entre as partes.

Remuneração da Administração

No ano de 2022, a remuneração da Administração foi de R\$116 (R\$71 em 2021). Ressalta-se que não há outros benefícios de curto prazo, pós emprego ou benefícios de longo prazo.

14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Imposto de renda e contribuição social a recolher (a)	26.705	201
Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (TUSD)	67	39
PIS e COFINS não cumulativo a recolher	1.325	-
Tributos diferidos (b)	124	-
Outros tributos a recolher	<u>131</u>	<u>231</u>
	<u>28.352</u>	<u>471</u>

a) Saldo impostos a recolher apurados no regime de Lucro Real deduzidos dos recolhimentos por estimativa durante o exercício de 2022.

b) Refere-se aos impostos incidentes sobre a parcela diferida da receita.

15. PROVISÕES PARA COMPROMISSOS FUTUROS

	<u>31/12/21</u>	<u>Adição</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização financeira</u>	<u>31/12/22</u>
Compromissos socioambientais					
(a)	9.851	469	(233)	66	10.153
Provisão p/ medidas compensatórias (b)	254	456	(375)	24	359
Provisão p/ legalização de terras (c)	37	-	-	-	37
Provisão p/ indenizações de terras (d)	4.922	65	-	-	4.987
Total	<u>15.064</u>	<u>990</u>	<u>(608)</u>	<u>90</u>	<u>15.536</u>
Passivo circulante	1.887				1.238
Passivo não circulante	13.177				14.298

	<u>31/12/2020</u>	<u>Adição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização financeira</u>	<u>31/12/2021</u>
Compromissos socioambientais (a)	10.607	-	(718)	(159)	121	9.851
Provisão p/ medidas compensatórias (b)	273	252	-	(271)	-	254
Provisão p/ legalização de terras (c)	25	12	-	-	-	37
Provisão p/ indenizações de terras (d)	4.723	199	-	-	-	4.922
Total	<u>15.628</u>	<u>463</u>	<u>(718)</u>	<u>(430)</u>	<u>121</u>	<u>15.064</u>
Passivo circulante	562					1.887
Passivo não circulante	15.066					13.177

- (a) Provisão para compromissos socioambientais - quando da implantação das PCHs, foi enviado para os órgãos ambientais o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial ("PACUERA"), que prevê o reflorestamento de áreas. Para o cumprimento das exigências do PACUERA, a Companhia precisa ainda realizar a aquisição de terras a serem reflorestadas.
- (b) Provisão para medidas compensatórias - a licença de operação da Companhia foi obtida junto ao IBAMA/MG em 13 de junho de 2013, com prazo de 1 anos, sendo posteriormente prorrogada por prazo indeterminado, até a conclusão da análise do processo de renovação pelo Órgão Ambiental. Para obtenção da licença de operação, é necessária a realização de programas ambientais, tais como, programa de educação ambiental, monitoramento de fauna terrestre, monitoramento de fauna, proteção e manutenção de área de preservação permanente, monitoramento de limnologia e qualidade da água, dentre outros.
- (c) Provisão para legalização de terras - a Companhia possui contratos particulares de compra e venda de imóveis próprios e de servidão em imóveis de terceiros, cujos registros de propriedade definitiva e de averbação, no Registro Geral Imóveis ainda precisam ser regularizadas.
- (d) Provisão para indenização de terras - para realizar a construção da PCH, foi necessário a aquisição por parte da Companhia de terras e servidões. No entanto, existem casos em que as partes envolvidas não chegaram à uma conciliação e, por isso, entraram em discussão judicial.

16. PROVISÕES PARA RISCOS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões tributárias, cíveis, trabalhistas e regulatórias.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da provisão consolidada para riscos trabalhistas, tributários, ambientais e cíveis era de R\$1.005 (R\$607 em 31 de dezembro de 2021). A variação das provisões para riscos no exercício está apresentada conforme movimentação a seguir:

	<u>31/12/21</u>	<u>Constituição</u>	<u>Atualização</u>	<u>31/12/22</u>
Regulatório	235	-		235
Trabalhista	-	14	-	14
Tributário	340	362	20	722
Cíveis	32	-	2	34
Total	<u>607</u>	<u>376</u>	<u>22</u>	<u>1.005</u>

	<u>31/12/20</u>	<u>Constituição</u>	<u>Baixa</u>	<u>31/12/21</u>
Regulatório	247	59	(71)	235
Tributário	340	-	-	340
Cíveis	39	10	(17)	32
Total	<u>626</u>	<u>69</u>	<u>(88)</u>	<u>607</u>

A Companhia possui outros riscos relativos a questões trabalhistas, cíveis e ambientais, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Trabalhistas (a)	120	-
Cíveis	1	2
Ambientais (b)	200	600
Tributário (c)	<u>100</u>	<u>100</u>
	<u>301</u>	<u>702</u>

- (a) As ações trabalhistas da Companhia referem-se, substancialmente, à discussão de responsabilidade subsidiária ao pagamento de verbas trabalhistas aos empregados de empresa terceira (terceirização de mão-de-obra). Destaca-se, ainda, no âmbito trabalhista, por ser relevante o pedido apresentado, uma ação de indenização em que se discute repercussões decorrentes de acidente do trabalho.
- (b) São ações ambientais, cujo réu é a Companhia, e discutem principalmente, irregularidades ambientais pelo não atendimento a determinada condicionante da Licença de Operação e indenização por prejuízo com "Lavra de Areia".
- (c) Refere-se a mandado de segurança cujo objeto é a inexigibilidade da Taxa de controle, monitoramento e fiscalização ambiental.

17. RECEITA DIFERIDA

(a) Composição da receita diferida

	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Exposição ao MRE	-	503
Total	<u>-</u>	<u>503</u>

(b) Movimentação da receita diferida

	<u>31/12/2021</u>	<u>Constituição e atualização</u>	<u>Reversão(i)</u>	<u>Realização</u>	<u>31/12/22</u>
Exposição ao MRE (a)	503	15	(374)	(144)	-
	<u>503</u>	<u>15</u>	<u>(374)</u>	<u>(144)</u>	<u>-</u>

	<u>31/12/2020</u>	<u>Constituição e atualização</u>	<u>Realização</u>	<u>31/12/2021</u>
Exposição ao MRE (a)	-	503	-	503
	<u>-</u>	<u>503</u>	<u>-</u>	<u>503</u>

(a) Exposição ao MRE – 2021 – vide maiores detalhes nas notas explicativas nº 1.1.

(83) Em fevereiro 2022, conforme a instrução de faturamento recebido da Eletrobras, houve a reversão do montante de R\$374, em função da decisão do Superior Tribunal de Justiça (“STJ”) aprovando a retirada da UHE Risoleta Neves do MRE em atendimento ao pedido da Aneel.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o capital social subscrito e integralizado é de R\$59.134 e está representado por 46.817.622 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pertencentes em sua totalidade à PCHPAR – PCH Participações S.A.

b) Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, a qual não excederá 20% do capital social. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não houve constituição de reserva legal pelo fato do limite ter sido atingido em anos anteriores.

c) Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976.

Os dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 foram calculados conforme segue:

	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Lucro líquido do exercício	58.874	58.461
(=) Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	<u>58.874</u>	<u>58.461</u>
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos	(14.719)	(14.615)
Dividendos adicionais distribuídos	<u>(2.650)</u>	<u>-</u>
Dividendos adicionais propostos	<u>(41.505)</u>	<u>(43.846)</u>

Em 14 de fevereiro de 2022, 18 de fevereiro de 2021 e 21 de junho de 2021, foram aprovados em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGO/AGE) a totalidade de R\$43.846 e R\$34.434 dos dividendos adicionais propostos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, respectivamente. Em 16 de agosto de 2022, foi aprovada a proposição de dividendos intermediários do ano de 2022 no montante de R\$17.369.

Dividendos a pagar

Saldo em 31 de dezembro de 2020	20.791
Dividendos adicionais aprovados e dividendos obrigatórios	49.049
Dividendos pagos	<u>(44.289)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>25.551</u>
Dividendos distribuídos	61.215
Dividendos pagos	<u>(68.183)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>18.583</u>

19. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Receita bruta:		
Venda de energia elétrica	100.012	83.797
Ajustes (*):		
Ajuste à Tarifa de Energia de Otimização ("TEO")	576	(679)
Recontabilização + consumo interno	<u>283</u>	<u>73</u>
	<u>859</u>	<u>(606)</u>
Deduções à receita bruta:		
PIS e COFINS Corrente	(9.251)	(3.058)
PIS e COFINS Diferido	<u>(31)</u>	<u>22</u>
	<u>(9.282)</u>	<u>(3.036)</u>
Receita líquida de vendas	<u>91.589</u>	<u>80.155</u>

A Companhia, em 31 de dezembro de 2021, atingiu o faturamento superior a R\$78.000 consequentemente, a partir de 1º de janeiro de 2022, adotou a modalidade de apuração pelo regime de lucro real.

- (*) Sendo a Companhia contratada no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE e repassadas à Eletrobras, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das PCHs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais, conforme descrito na nota explicativa nº 1.1.

20. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Despesas financeiras:		
Atualização financeira dos compromissos futuros	(90)	(121)
Outras despesas	<u>(192)</u>	<u>(40)</u>
	<u>(282)</u>	<u>(161)</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações em renda fixa	393	202
Atualização depósito judicial	55	92
Outras receitas	<u>-</u>	<u>2</u>
	<u>448</u>	<u>296</u>
	<u>166</u>	<u>135</u>

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia, em 31 de dezembro de 2021, atingiu o faturamento superior a R\$78.000 consequentemente, a partir de 1º de janeiro de 2022, adotou a modalidade de apuração pelo regime de lucro real. Desta forma, calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro real (lucro presumido em 31 de dezembro de 2021). A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	<u>31/12/2022</u>
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	88.541
Alíquota nominal	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	<u>(30.104)</u>
Exclusões (adições) permanentes:	
Outras diferenças permanentes, líquidas	<u>437</u>
Efeito de imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(29.667)</u>
Correntes	(29.640)
Diferidos	(27)

	31/12/21	
	IRPJ (*)	CSLL
Receita corrente	83.797	83.797
Receita diferida	(606)	(606)
Percentual para determinação da base de cálculo	8%	12%
Rendimentos e ganhos de aplicação financeira	202	202
Outras receitas financeiras	95	95
Base de cálculo	6.952	10.280
Alíquota nominal	25%	9%
Imposto sobre o resultado	(1.738)	(925)
Diferença de alíquota (*)	24	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(1.714)	(925)
Correntes	(1.726)	(932)
Diferidos	12	7

(*) Até o limite de R\$240 a alíquota do IRPJ é de 15%.

Tributo diferido

O tributo diferido da Companhia é composto como segue:

	31/12/22	31/12/21
PIS e COFINS diferidos	(67)	18
IRPJ e CSLL diferidos	(57)	15
	(124)	34

Os impostos diferidos foram constituídos em função das diferenças temporárias entre a energia gerada e efetivamente faturada.

22. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

As informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	31/12/22	31/12/21
Depreciação e amortização (*)	(4.563)	(4.288)
Prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	(3.227)	(2.916)
Pessoal e administradores	(3.745)	(3.302)
Manutenção	(1.918)	(2.355)
Serviços de terceiros	(1.662)	(1.966)
Tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)	(669)	(441)
Seguros	(1.009)	(1.198)
Operação	(346)	(353)
Meio ambiente	(98)	(218)
Tributos sobre receita com indenização se seguros (PIS/COFINS)	(1.650)	(18)
Taxas setoriais	(102)	(99)

	31/12/22	31/12/21
Receita com indenização recebida	17.500	-
Resultado na baixa de ativos	(21)	(947)
Outras despesas, líquidas	(1.704)	(1.089)
	<u>(3.214)</u>	<u>(19.190)</u>
Custo das vendas de energia	(13.615)	(13.530)
Outras receitas (despesas), líquidas	10.401	(5.660)

(*) Estão sendo reduzidos, aos valores de amortização e depreciação, os créditos tributários de PIS/COFINS R\$343 em 31 de dezembro de 2022 decorrentes de aquisição de imobilizado em função da mudança da modalidade de apuração do lucro tributário da Companhia.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores contábeis apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

Ativos financeiros	Nota	31/12/22	31/12/21
Mensurados ao custo amortizado:			
Caixa e equivalentes de caixa	8	15.467	1
Aplicações financeiras	8	142	2.568
Contas a receber de clientes	9	21.772	13.975
Depósitos judiciais	10	7.804	4.008
Outros ativos	8	11	9

Passivos financeiros

Outros passivos mensurados ao custo amortizado:

Fornecedores	509	348
--------------	-----	-----

A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas demonstrações pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, pois o vencimento de parte substancial dos saldos ocorre em datas próximas às dos balanços.

Em conformidade com o CPC 40 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros da Companhia, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

Na data de encerramento do exercício, a Administração estimou o cenário I de variação das taxas efetivas de juros CDI (13,75%), no horizonte de 12 meses (fonte Boletim Focus datado de 30 de dezembro 2022), de acordo com a data de vencimento de cada operação. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários II e III, respectivamente.

Nota	Operação	Exposição 31/12/22	Risco	Impacto	Cenário I	Cenário II	Cenário III
8	Equivalentes de caixa	15.466	Diminuição do CDI	Resultado	2.127	1.595	1.063
8	Aplicação financeira	142	Diminuição do CDI	Resultado	20	15	10

24. COBERTURA DE SEGURO

Seguro de responsabilidade civil

Em 28 de abril de 2022, a Companhia contratou cobertura de seguro no valor de R\$9.045 para indenizações por danos civis, com vigência até 28 de abril de 2023, decorrentes de sentença judicial transitada em julgado ou de acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros.

Seguro de operação

Em 27 de junho de 2022, com vigência até 27 de junho de 2023, a Companhia renovou a cobertura de seguro para riscos operacionais sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras no montante de R\$317.609, lucros cessantes no montante de R\$71.586, linha transmissão - R\$6.236 e Barragens - R\$102.456.

25. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Reversão da provisão para compromissos futuros em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	-	(718)
Adição da provisão para compromissos futuros em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	990	463
Reversão de depósitos judiciais em contrapartida à rubrica de ativo imobilizado e intangível	(24)	(40)
Reversão no custo sobre aquisição de ativo imobilizado e intangível	(2)	50
Aquisição de imobilizado em contrapartida à rubrica de fornecedores e impostos	152	124
Compensação de Imposto de Renda e Contribuição Social com IRRF e CSRF	1.864	1.814

26. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 8 de fevereiro de 2023.

Composição da Diretoria

Márcio Barata Diniz
Diretor

Walter Nunes Seijo Neto
Diretor

Braulio Rios Sá
CRC MG – 117.577/O-2
Contador